

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

AÇÕES AFIRMATIVAS NA MODALIDADE DE COTAS: para além das vagas

AFFIRMATIVE ACTIONS IN QUOTA MODALITY: in addition to vacancies

Regina Rodrigues Medeiros¹
Marília Passos Apoliano Gomes²

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo publicizar os achados parciais do trabalho de dissertação intitulado “Raça, classe e gênero: experiências de mulheres cotistas no mercado de trabalho em Teresina- PI” realizado através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) vinculado a Universidade Federal do Piauí (UFPI) através da orientação da Profa. Dra. Marília Passos Apoliano Gomes. A pesquisa atualmente se encontra em fase final de escrita e aguardando término para realização do exame de defesa. A pesquisa tem como objetivo o levantamento de dados qualitativos a respeito do processo de implantação das ações afirmativas na modalidade de cotas raciais e coletar dados de experiências de alunas egressas negras que adentraram a universidade através de cotas durante e após sua passagem pela Universidade Federal do Piauí, no campus de Teresina, buscando realizar o acompanhamento da transformação proporcionada pelas cotas, pela inclusão dessa população no ensino superior. Para alcance desses dados foram realizadas duas entrevistas com alunas egressas e com um aluno ex-integrante das comissões de heteroidentificação da UFPI.

Palavras-chave: Cotas; Mercado-de-trabalho; Escravidão.

ABSTRACT

This work aims to disseminate the findings of the dissertation entitled “Race, class and gender: experiences of women quota holders in the job market in Teresina- PI” carried out through the Postgraduate Program in Sociology (PPGS) linked to the University Federal of Piauí (UFPI) under the guidance of Prof. Dr. Marília Passos Apoliano Gomes. The research is in the final writing phase and awaiting completion of the defense examination. collect data on the experiences of black graduates who enter the university through the limits during their next visit to the

¹ Graduada em Serviço Social e mestranda em sociologia vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia - PPGS UFPI, regiinamedeiros@ufpi.edu.br

² Orientadora, professora doutora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPI

Federal University of Piauí, on the Teresina campus, seeking to carry out or monitor the Transformation provided by the dimensions, including the population in higher education. Two interviews were carried out with graduating students and with a former member of the UFPI hetero-identification committees.

Keywords: Quotas; Job market; Slavery.

1 INTRODUÇÃO

As cotas raciais implantadas nas universidades públicas têm como objetivo proporcionar uma mobilidade social para a juventude negra, principalmente no critério socioeconômico, sendo uma forma de diminuir a desigualdade social, onde o público-alvo são a maioria em taxas de desemprego e de desigualdade social. No entanto, é preciso questionar se esse objetivo é garantido. Sendo as mulheres negras a maioria dentro das taxas de desemprego e de trabalhos precários, a pergunta principal de pesquisa teve como objetivo fazer um levantamento da história das mulheres cotistas egressas da Universidade Federal do Piauí, não se propondo a fazer uma avaliação de política pública, mas ouvir a história e trajetória dessas mulheres antes e depois de adentrarem o ensino superior, buscando um acompanhamento das mudanças proporcionadas pelo acesso ao ensino superior. Para fazer um levantamento do processo de implantação das ações afirmativas dentro da UFPI também foi realizada a entrevista com um aluno que fez parte do processo de construção da política dentro da universidade e que compôs as bancas de hetero-identificação.

No Brasil, a obrigatoriedade das cotas no total de vagas de acesso ao nível superior foi instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Apesar de não estar explícito no texto da lei, mas as cotas não têm o objetivo apenas de política compensatória para um segmento que contribuiu para o desenvolvimento do país sem ter participado de seu bem-estar, mas para possibilitar a mobilidade social de negros e negras brasileiros na renda, na educação, na erradicação da pobreza. Para garantia da eficácia da lei, é necessário que exista a análise de indicadores que devem resultar não apenas no crescimento econômico desse grupo, mas que a variável econômica possa significar o acesso à educação de qualidade para seus descendentes, a retirada da geração da miséria e da pobreza e igualdade de gênero de forma sustentável.

É necessário problematizar as formas de poder na nossa sociedade que mantém os privilégios e espaços de poder ocupados por pessoas brancas como se fossem exclusivamente por mérito próprio, por serem mais qualificadas, em detrimento da falta de mérito ou

capacidade de grande parcela da população, que não chegaria a estes espaços de poder por falta de vontade, de dedicação, estudo e trabalho. Acontece durante os processos de seleção de emprego a atribuição de características, pelo recrutador, de forma quase "intuitiva", mas que é racista. Aqueles que são vistos como mais "confiáveis", os que inspiram mais "seriedade", quase sempre são brancos, o que sustenta o pacto narcísico.

A Lei nº 12.711 completou 10 anos em 2022, nesse sentido, é necessário analisar e avaliar o efeito social e econômico da lei de cotas. A lei de cotas é suficiente para promover a transformação de famílias negras, principalmente econômica? Ouvindo a história de mulheres que passaram pela Universidade Pública através da Lei de Cotas, quais suas percepções desse processo? Para responder esses questionamentos, a pesquisa de dissertação que ainda se encontra em andamento, buscou ouvir a história de mulheres, foi utilizada a técnica da bola de neve para encontrar as participantes da pesquisa, até o momento foi realizada a entrevista de 2 mulheres egressas da universidade e um aluno que fez parte do processo de construção, implantação e integrante das comissões de heteroidentificação.

2 A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA BRASILEIRA E AS COTAS RACIAIS

Apesar da Lei Nº 9.029, de 13 de abril de 1995 proibir qualquer tipo de discriminação de dificulte o acesso a emprego por “motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros”, a verdade é que na prática a escolha dos funcionários da empresa fica totalmente à mercê dos interesses dos empresários e do recrutador responsável pelas seleções (no caso de empregos em instituições privadas), já que nos bastidores não temos como saber o que norteia a escolha dos funcionários.

A segregação das mulheres negras nas entrevistas de emprego já começa na aparência física, antes mesmo da análise do currículo. Para evitar a responsabilização cível e criminal, com a acusação de as empresas serem racistas tem ocorrido a substituição dos termos “pessoas bonitas” por “harmonização facial” por recrutadores e pessoas ligadas a processos de RH (recursos humanos) de empresas privadas. Essa é uma forma de tirar o peso de participar da categorização das pessoas como feias ou bonitas e afirmarem que não existe mais um padrão de beleza (Medeiros, 2020). Compreendo essas atitudes empresariais como reações politicamente corretas, em função das lutas feministas e antirracistas. Na verdade, o termo continua significando e exigindo pessoas que se adequem ao que é desejado na empresa, que

continua sendo composta e dirigida pessoas que já eram privilegiadas antes nas seleções de emprego, o padrão cisheteronormativo, branco, elitista e capacitista.

Para compreensão da situação atual da mulher negra brasileira, é necessário retomar a história brasileira a respeito da sua estrutura. Na época colonial, a sociedade brasileira foi estruturada de forma estamental, hierarquizando grupos sociais colocados a desempenhar papéis rigidamente diferenciados, esses papéis foram construídos com bases em diferenciações de justificativas biológicas, mas que na verdade são totalmente sociais. Dentro do processo europeu de estruturação do capitalismo que futuramente seria expandido para o mundo, Robinson (2018) afirma que a burguesia que liderou o desenvolvimento do capitalismo veio de grupos étnicos e culturais específicos; o proletário europeu e os mercenários dos principais estados, de outros; os seus camponeses, mesmo de outras culturas; e seus escravos, de mundos completamente diferentes. A tendência da civilização europeia com o capitalismo não foi homogeneizar, mas enfatizar as diferenças regionais, subculturais e dialéticas em diferenças “raciais”. Concomitante a partir do século XII, a burguesia e o poder estatal que deram origem e promoveram os mitos da igualdade, ao mesmo tempo se aproveitaram de todas as oportunidades para dividir os povos e com seu propósito de dominação.

A chamada “transição” para o capitalismo na verdade foi o processo de escravização, roubo e violência realizados pela Europa, como forma de expandir seus lucros, a chamada “acumulação primitiva”, para dar início ao processo de fundação do capitalismo na Europa e sua imposição ao resto do mundo. Sendo essa acumulação primitiva como essencialmente necessária para o ponto de partida para as relações capitalistas e conseqüentemente as relações de classe. Para compreender esse processo de construção do capitalismo é essencial a compreensão do conceito de acumulação primitiva.

Silva Federici (2017), fala que a passagem do sistema feudal para o capitalismo era insustentável sem o processo de exploração chamado por Marx de acumulação primitiva. Pois, a sociedade capitalista não poderia ter “evoluído” a partir da economia feudal já que a autossuficiência e o novo regime de salários elevados permitiam a “riqueza do povo”, mas excluía a possibilidade da riqueza capitalista. (MARX *apud* FEDERICI, 2017, p. 116) Foi em resposta a esse dilema que a Europa lançou uma ofensiva global ao longo de três séculos que mudou a história do planeta, se apropriando de riquezas, expandindo sua base econômica e colocando novos trabalhadores sob seu comando.

Dentro do Brasil, o negro que ocupava espaço significativo em vários espaços de trabalho e produção acaba sendo marginalizado dos postos de trabalho e substituído por um trabalhador imigrante após o período de abolição da escravidão. Passando por um forte processo de “imobilismo social”, foi criado um amplo painel ideológico para explicar e/ou justificar esse isolamento social do negro brasileiro. “Passados quase um século da Abolição, a situação não mudou significativamente na estrutura ocupacional para a população negra e não branca”. (Moura, 2022, p.103) Pois, apesar da passagem de anos, a população negra ainda se encontra maioria nas taxas de desemprego, de desigualdade social e de pobreza, muita pouca coisa mudou desde os períodos pós-abolição.

Nesse momento, são nutridos os mitos de que o trabalhador ideal é o homem branco, considerados trabalhadores responsáveis, honestos, estáveis e com tendências a poupança. Enquanto o negro é colocado com estereótipos de preguiçoso, irresponsável, boêmios e indolentes. Paralelo a isso, começa um processo de importação de imigrantes brancos, com a defesa de que havia uma necessidade de movimentar a economia interna através da importação de um trabalhador superior do ponto de vista racial e cultural, para atender as necessidades da sociedade brasileira em expansão. (Moura, 2022) Nesse momento de evolução do capitalismo dependente brasileiro, pode-se observar claramente um processo de marginalização dos povos não-brancos, em especial o povo negro.

Dentro desse contexto, a situação da mulher negra era ainda mais preocupante, no Brasil Colônia o tratamento que recebiam dos seus senhores eram totalmente diferentes do tratamento dado as mulheres brancas. O caráter paternalista e patriarcal da sociedade colonial incidia de forma extrema nas mulheres, enquanto as mulheres brancas desempenhavam o papel de serem cuidadoras do lar, esposa dos homens brancos e mãe de seus filhos, elas ocupavam o espaço de serem amadas, respeitadas e idealizadas. (Nascimento, 2021) Enquanto isso, as mulheres negras eram consideradas essencialmente produtoras com um papel semelhante ao homem negro em relação a exploração do trabalho.

No caso das mulheres negras, a produtividade estava acima da questão de gênero, sob ameaça do açoite, eram cobradas tanto quanto os homens, no entanto, sofriam de forma diferenciada pois eram vítimas constante de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros. A escravidão rompe a contraditória divisão binária que era construída naquela época em relação aos padrões de feminilidade, pois não havia uma divisão sexual do trabalho, já que as mulheres negras realizam o mesmo trabalho dos homens negros, enquanto isso as mulheres brancas

ficavam em casa sem trabalhar e apenas cuidavam dos filhos. Podemos presumir então, que não era uma divisão sexual do trabalho, e sim, racial. Os papéis de gênero eram facilmente quebrados quando era conveniente aos senhores.

Além de trabalharem tanto quanto os homens, seus corpos também eram vistos como produtores de mais mão de obra barata. Quando a abolição do tráfico negreiro escrava começou a dificultar o crescimento da indústria e produção crescente do capitalismo, os proprietários de escravos tiveram que começar a contar com a reprodução natural como método de repor e ampliar a população de escravas e escravos, assim a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. No entanto, elas não eram vistas como mães, apenas como reprodutoras e “amas de leite”, pois não tinham nenhum direito legal sobre seus filhos e filhas, sendo obrigadas darem à luz a quantos filhos fosse biologicamente possível.

O lugar social designado a mulher negra não muda muito com o passar do tempo na sociedade brasileira, “as sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais”. (Nascimento, 2021, p. 58) Essa difícil realidade da mulher negra brasileira se deve ao fato de que a sociedade brasileira manteve traços arcaicos em sua modernização, apesar da educação ser um fator de transformação e de ascensão social, diferente das mulheres brancas que desde as pesquisas de recenseamentos de 1940 tem igualado sua participação dentro dos cursos superiores a participação dos homens, as mulheres negras ainda têm baixa taxa de acesso.

Esse acesso ao ensino superior leva as mulheres brancas a começarem a ocupar espaço dentro da indústria e logo após ocuparem cargos burocráticos de baixo nível e salários baixos, ficando aos homens brancos os cargos de poder e liderança. Esse processo vivenciado pelas mulheres brancas não aconteceu com as mulheres negras, pois não tinham acesso à educação de qualidade que as profissionalizassem para esse tipo de cargo além disso, as mulheres brancas eram as mais procuradas para empregos que exijam contato com o público, e ainda são.

Dentro desse contexto de acesso desigual a políticas públicas de educação, somando a população negra e parda, temos a maioria da população brasileira. Mas observa-se ainda que as condições de acesso à educação ainda são desiguais, tornando o processo injusto já que nem todos têm as mesmas oportunidades. Quando observamos a partir de um recorte racial dos indivíduos matriculados no ensino superior: somente 7,12% do total de 8,6 milhões de

matrículas registradas no ensino superior brasileiro, ou seja, 613 mil vagas foram preenchidas por pessoas que se declararam pretas (INEP, 2020).

As ações afirmativas na modalidade de cotas foram instituídas por meio da Lei Federal nº 12.711/2012 estabelecendo o sistema de reserva de vagas (no mínimo 50% das vagas em cada curso e turno) para ingresso no ensino médio, técnico e superior, em âmbito público e federal, de institutos federais de educação e universidades federais, destinado aos egressos de escola pública, com subcategorias de ordem socioeconômica, étnico-racial e pessoa com deficiência. A lei é resultado da organização civil através dos movimentos sociais e vem com o objetivo de tornar essa disputa mais justa e democrática, pois uma parcela relativa da população por muito tempo esteve em condições desvantajosas, sob o ponto de vista socioeducacional. Segundo Guimarães (2003) os principais fatores que causam essa dificuldade de acesso ao ensino superior é a pobreza, que é mais evidente na população negra, a baixa qualidade do ensino público ofertado e o reduzido apoio familiar e comunitário.

Sobre Lei de Cotas, que completou 10 anos em 2022, podemos afirmar que é a primeira tentativa de mudança estrutural da situação do racismo brasileiro, no entanto, é necessário analisar e avaliar o impacto social e econômico da lei de cota. Nessa pesquisa, buscamos analisar de forma qualitativa e valorizando a perspectivas dos sujeitos, a pesquisa de dissertação que ainda se encontra em andamento, buscou ouvir a história de mulheres. Para buscar dessas mulheres foi utilizada a técnica da bola de neve, até o momento foi realizada a entrevista de 2 mulheres egressas da UFPI e um aluno que fez parte do processo de construção, implantação e como membro das comissões de heteroidentificação na UFPI. Durante a realização das entrevistas foram observados tópicos em comum dentro das entrevistas, dentro desse trabalho vamos discutir brevemente os seguintes: O adoecimento mental dentro da universidade; as dificuldades de acesso e permanência na universidade (aqui o transporte aparece como principal problema) e questões de emprego e renda.

Sobre o tempo de permanência dentro da Universidade ficou claro em ambas as entrevistas, como a universidade se apresenta como um espaço que não é inclusivo para a população negra, aparentemente passa um sentimento de não ser um espaço para eles. Como ficou mais evidente no trecho a seguir:

[...] a gente acaba se decepcionando um pouco durante o curso devido as metodologias adotadas por algumas professoras que são adoecedoras e a universidade em si acaba sendo um ambiente adoecedor. [...] o primeiro ponto é essa questão da dificuldade que quem ingressa em sua grande maioria, antes não, né?

Dentro dos cursos de humanas, que é o meu caso, hoje em dia a grande maioria das pessoas que ingressam são pessoas de baixa renda. A população ali, né, classe média pra classe média baixa. E a questão do formato do curso não possibilita, pois você tem que ser estudante em tempo integral porque claramente você não vai ter a possibilidade ali de trabalhar e estudar para conseguir se manter na universidade. Eu lembro que na minha turma a grande maioria das pessoas que trabalhavam, tipo, tinha pessoas que eram mães de família, mães solo e trabalhavam, estudavam, e elas tiveram que desistir do curso. Tiveram que sair do curso porque não tinham como se dedicar ao trabalho devido aos horários. É, primeiro ponto. E essa questão da cobrança, que eu acho que ela extrapola todos os limites humanos. [...] Só na minha turma, assim, de diagnóstico, teve duas pessoas que adoeceram psicologicamente e que os profissionais chegaram à conclusão de que é devido ao ambiente acadêmico, devido ao curso. E que chegaram a apresentar o laudo do médico para professoras e elas não reconhecerem aquilo como um problema, não deram suporte. Teve amigas minhas que reprovaram em TCC, porque tiveram depressão durante o processo de construção de TCC. E as professoras só reprovaram, não tiveram essa humanidade de nada, de conversar com o aluno e entender o problema. E problemas que estão se repetindo e se repetem na pós-graduação também. Então eu vejo como o ambiente adoece essas cobranças, as metodologias que as professoras usam. (ENTREVISTADA 1, coletado em entrevista aberta)

Fica claro na colocação acima como a universidade pode representar um ambiente adoece a saúde mental dos estudantes, a cobrança por uma produtividade acadêmica se torna um fator decisivo dentro desse adoecimento. Esse processo demonstra uma falta de compreensão das particularidades dos estudantes, onde condições desiguais de acesso à universidade afetam o desempenho desses alunos dentro da sala de aula.

A questão do acesso à universidade, principalmente de transporte eficiente é um fator que aparece nas entrevistas e que demonstra ser impactante dentro das dificuldades de permanência desses alunos na universidade, afetando também seu desempenho, já que a experiência de uso de transporte público para ir e vir da Universidade é uma condição precária e que despense muito tempo.

E aí, a gente vai vendo como se a universidade não fosse um ambiente pra gente. E realmente ele não foi construído pra gente estar ali. É um ambiente mas que não é desenhado muito pra gente se manter ali dentro. Tipo, eu moro a 30 km. Então era uma dificuldade. Pois eu moro a 30 km e só passam um ônibus aqui. Passa 6 horas da manhã indo para Teresina e ele retorna 4 horas da tarde, voltando do centro, ali do Lindolfo Monteiro. Pronto, esse é o trajeto que ele passa. Se eu fosse depender de ir pra UFPI nele, eu teria que ir de manhã e não daria certo voltar nele, porque a aula tem período que só acaba 10 horas da noite, 8 horas da noite, não tinha como voltar. Aí tem a residência universitária, mas na residência universitária você tem que morar fora do município até 50 km, então não me encaixava. E aí, tenho família, fiquei morando na casa de pessoas próximas e são pessoas acolhedoras e tal, mas não é sua casa, não é o seu lar. Então querendo ou não, isso dificulta um pouco mais o processo, porque você não tem aquela privacidade de estar na sua casa, de estar com o seu núcleo familiar. Então eu ficava lá na casa da minha tia de segunda a sexta, aos sábados eu retornava pro assentamento, aí na segunda-feira ia de novo. (Entrevistada 1)

Eu moro na Zona Sul e pegava seis ônibus para chegar até a universidade. Tipo, era

três para ir e três para voltar. Que era Promorar, Terminal, Terminal, Centro, Centro e UFPI. Eu saía de casa, 5 e pouco, 6 horas da manhã, só chegar a umas 11 horas da noite. Às vezes, principalmente acho que no primeiro período, eu pegava muito o circular 2, o azulzinho, porque ele passava no Promorar ainda indo para Dirceu e rodava até que um dia ele chegava na UFPI. Eu pegava ele 06:00 da manhã no Promorar, chegava na UFPI às 08:00 manhã. Sempre foi difícil a locomoção. Às vezes eu pegava o circular azul voltando, as vezes ia eu e o motorista e o cobrador, porque chegava na Zona Norte. (Entrevistada 2)

A questão do transporte se mostra um problema e uma dificuldade para os alunos da graduação, podemos levantar questionamentos a respeito do desempenho dos alunos em sala de aula, será se o aluno que precisa passar 4 horas diariamente dentro do transporte público tem as mesmas condições e é capaz de manter um IRA (Índice de Rendimento Acadêmico) que o aluno que não depende do transporte coletivo? Será se os professores se questionam essas particularidades na hora de exigir um rendimento escolar desse aluno?

Aqui também entra a questão das condições financeiras dos estudantes, um fator que apareceu em ambas as entrevistas e foram fatores de dificuldades de permanência dentro da Universidade. Ambas as entrevistadas são filhas de mãe solo e enfrentaram dificuldades de se manterem na universidade por conta da renda familiar. Na primeira entrevista, a mãe sustentava a filha apenas com rendimentos da agricultura familiar, que eram rendimentos incertos todos os meses, e a segunda entrevistada, a mãe sustentava a filha através de rendimentos de um pequeno mercadinho. Ambas as mães não tiveram acesso ao ensino superior. Essas questões ficaram evidentes nessas passagens:

O meu pai faleceu antes de eu entrar na universidade. Ele faleceu eu tinha 14 anos de idade. Eu ainda tava no ensino médio, mas ele sempre me incentivou muito. Eu até acredito que caso ele não tivesse falecido...quando eu era adolescente, eu provavelmente teria ingressado mais cedo, vamos dizer assim, na universidade, porque a minha mãe teria tido condições melhores de me manter lá. Porque não teria só minha mãe, teria ele, minha mãe, para me ajudar e tudo. E eu entrei alguns anos depois que eu terminei o ensino médio. Mas mesmo eu tendo aquele meu dinheiro, a minha mãe foi fundamental. Ela fez, assim, das tripas ao coração. Tirava mesmo, assim, do bolso dela, tirava de onde não tinha para me manter na universidade. Minha mãe é agricultora. Ela é agricultora. Agora, ela já está aposentada, mas... Nos anos da UFPI, ela não era aposentada, ela trabalhava com a agricultura e recebia a pensão, a pensão do meu pai. A gente pode dizer que fixo mesmo na casa era um salário-mínimo, que era da pensão. Porque o dinheiro que vinha da agricultura era algo assim, ah, um mês era tanto, outro mês era diferente. Tipo assim, tinha mês que era mais do que a renda do salário dela da pensão, mas tinha mês que não tinha nada. Então a gente não podia contar muito com isso. Agora também teve a questão que, acho que no segundo período, eu também já passei a receber bolsa, as bolsas dos programas de extensão. Foram 4 anos de bolsa, 5 anos de universidade porque teve a pandemia, 5 anos de universidade, e foi sendo bolsista da Feira de Bases Agroecológicas. (Entrevistada 1)

Meu pai foi embora para São Paulo eu tinha uns 13 anos, ele ajudou financeiramente

um tempo, depois não mais, só nos primeiros anos que ele foi para São Paulo, depois ele não ajudou mais, foi sempre minha mãe e meu padrinho, meu padrinho sempre ajudou. Meu colégio quem pagava era ele, quando eu estava fazendo o fundamental, quem pagava era ele. Na UFPI ele me ajudava muito, mantendo as coisas na UFPI era ele também. Aí, tipo assim, a mãe sempre apoiou, a mãe sempre priorizou meu estudo da minha irmã, sempre, a vida toda sempre foi isso. Eu estava trabalhando quando entrei na UFPI, foi meu primeiro emprego, aí quando eu fui para entrar pra UFPI não tinha como eu manter o emprego mais, a mãe disse que eu podia sair que ela segurava as contas. Ah, porque eu saí, porque meu trabalho era mais pra eu me manter mesmo e eu pagava faculdade, mas o restante era só meu mesmo, não tinha que ajudar de casa. Aí depois da pandemia o comercio deu uma caída nas vendas e aconteceram alguns assaltos. E aí eu comecei a ajudar mais em casa, porque daí a mãe fechou o comércio, a gente ficou só com a pensão do pai. Aí foi o tempo que eu comecei realmente a ajudar mais em casa, e até hoje continuo. Por isso eu não queria deixar tudo nas costas da mãe, como eu não estava mais pagando faculdade. (Entrevistada 2)

Em relação as perspectivas financeiras após saírem da universidade, em ambos os casos podemos observar a diferença proporcionada pela passagem pelo ensino superior. Ambas as entrevistadas tiveram experiências de trabalho antes e depois da Universidade.

Eu passei um mês na Alma Viva do Brasil. Mas também só durou um mês. Aí, logo depois, teve uma seleção para o Banco do Nordeste trabalhava com o Agro-amigo. Eles contratavam técnicos em agropecuárias para trabalhar com agricultores familiares. Eu era Agente de Microcrédito Rural. Que era conceder créditos para famílias da agricultura familiar. Aí passei 4 anos, esse emprego foi o que me permitiu juntar dinheiro e me planejar para entrar na universidade, inclusive comprei uma moto que fui assaltada um tempo depois, voltando da universidade. (Entrevistada 1)

Antes de entrar na UFPI eu tive uma primeira experiência de emprego, trabalhava em uma empresa de *call center*, fiquei lá por 6 meses, meu horário era de 5h40 à meia-noite. Eu usava o salário para pagar minha faculdade de administração, e lá era tranquilo, porque como 99% das pessoas que trabalhavam lá eram estudantes de graduação, porque como era só seis horas, aí dava para conciliar, então tipo, era muita diversidade de pessoas, gente, todo jeito que se imaginava. (Entrevistada 2)

Hoje em dia, ambas as entrevistadas estão trabalhando dentro do Estado na condição de contratadas, empregos onde recebem mais de 1 salário-mínimo e trabalham apenas meio período. Apesar de a quantidade de entrevistadas ter sido pequena, já podemos observar a transformação proporcionada pela política de cotas na vida dessas mulheres.

Durante a análise das entrevistas não foi possível deixar de levar em consideração e pensar que devido as dificuldades que essas alunas frequentam dentro da universidade, quais formas e mecanismos a Universidade têm encontrado para acompanhar e dar o devido apoio para que consigam se formar? Segundo o aluno entrevistado que fez parte da implantação das comissões de hetero-identificação, militante do movimento estudantil e participante dos

debates de cotas na universidade, não existe qualquer tipo de acompanhamento e monitoramento desses alunos por parte da universidade.

E ainda em 2019, o Ministério Público do Trabalho provocou a UFPI para saber se ela estava mapeando onde os alunos cotistas estavam. E saber se eles estavam inseridos no mercado de trabalho. E aí a pró-reitora da época percebeu que ela não tinha como ter esses dados para o passado. Ela não tinha como saber dos que já saíram. Era muito difícil, entendeu? Porque não tinha um sistema de controle. A partir dali começou a se discutir o sistema de controle de como nós vamos mapear os alunos que entram por cotas. Então, a partir do momento das bancas, nós começamos a ter os números de quantos entravam. E aí ela disse assim, “nós não temos nesse momento condições de criar um programa de emprego”, porque o programa de emprego sugerido pelo Ministério Público do Trabalho era que eles voltassem para a universidade. E aí o jurídico entendeu, por exemplo, que isso, a principal porta de entrada da universidade é o concurso público. E aí já existe uma política de cotas para isso. Pode ser executada uma política de permanência. Porque a política de permanência também garante a iniciação do mercado de trabalho. A pandemia estourou, o programa piloto ia começar, a parte do alçamento tinha sido separado já, que era para alunos advenços da política pública de cotas serem estagiários. (Entrevistado 3)

Essa carência de dados e de controle por parte da universidade dificulta que possamos acompanhar quantos desses alunos conseguem efetivamente concluírem o ensino superior, inclusive acompanhar a transformação na vida desses estudantes após saírem da universidade, dificultando a avaliação da política pública. Diante de tantas adversidades na vida dos estudantes de acesso e permanência no ensino superior, será se garantir as vagas é suficiente para garantir uma transformação social efetiva? Será se esses estudantes estão conseguindo concluir os cursos? Não seria necessária uma política de permanência e de monitoramento desses estudantes?

3 CONCLUSÃO

A pesquisa que ainda se encontra em andamento, já possível levantar bastantes questionamentos. Inicialmente a proposta da pesquisa era apenas levantar experiências a respeito do mercado de trabalho após a saída da universidade, no entanto, o percurso durante a graduação foi um assunto relevante dentro das entrevistas. Foi observado que as alunas enfrentam bastante dificuldades para permanecerem dentro do curso superior e chegar à conclusão do curso. Por isso, a importância de problematizarmos uma política de cotas para além das vagas, mas defender uma política de permanência desses alunos.

Outro dado que ficou evidente, é a falta de monitoramento desses alunos ao adentrarem o espaço da universidade. Não há qualquer tipo de acompanhamento da situação interna dos alunos durante sua permanência dentro da universidade e após a saída, esse é dado é preocupante pois são alunos que especialmente tem uma necessidade maior de políticas de assistência estudantil. A falta desse acompanhamento e informações também restringe a produção de pesquisa e de avaliação da política, dificultando estimar se os objetivos da lei estão sendo garantidos ou não.

Para além do período de permanência dentro do ensino superior, após a conclusão da formação foi notória a mudança de vida e de perspectivas econômicas, de trabalho e renda que foram proporcionadas pela inserção dentro do ensino superior. Principalmente analisando a situação familiar das entrevistadas, ambas foram criadas por mães solo, que não tiveram acesso ao ensino superior e com muito esforço conseguiram manter suas filhas dentro da universidade. Então, a política de cotas foi uma quebra geracional de famílias que tinham pouco ou nenhum acesso a políticas de educação e profissionalização. Apesar dos desafios e da falta de acesso a informações que permitam uma avaliação da política pública, podemos observar através da experiências das entrevistadas que o objetivo da lei foi garantido e a política de cotas é capaz de proporcionar transformações reais na vida das mulheres contempladas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal no 12.711, 29 agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012, 2012a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020:** notas estatísticas. Disponível em: <[FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis#:~:text=O%20levantamento%20constatou%2C%20ainda%2C%20que,12%2C4%25)%2C%20p%C3%BAblicas.></p></div><div data-bbox=)

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas.** Cadernos de Pesquisa, p. 247-268, 2003.

MEDEIROS, Regina Rodrigues. **Raça, classe e gênero**:: experiências de mulheres em seleções de emprego no mercado de trabalho em Teresina- PI. 2021. 65 f. Monografia - Curso de Serviço Social, CCHL, Universidade Federal do Piauí. Piauí, 2021.

MIRANDA, José Da Cruz Bispo de. **COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR E SEUS IMPACTOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS)**. In: Simpósio Internacional Sobre Estado, Sociedade E Políticas Públicas. IV, 2022,

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.